



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 337 - DE 11 A 24 DE ABRIL DE 2007 - R\$ 2,00

**Lula mais próximo
dos Estados Unidos
Um governo submisso**



Abaixo o PAC antioperário de Lula!

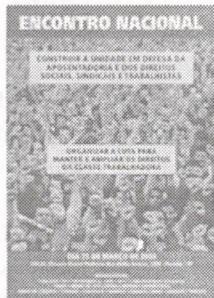
Não à reforma da Previdência!

Não ao Fórum Nacional da Previdência!

Fora o arrocho salarial do PAC!

Defesa das reivindicações das massas!

**Crise com os militares:
Lula negocia com controladores
e depois manda reprimir**



**Encontro Nacional contra as Reformas:
Tribuna para discursos**

**Mobilização dos servidores
públicos em Fortaleza**

**Ódio racial e
ódio de classe**

**A greve geral dos professores na
Argentina e a brutal repressão**

Bolívia: qual o futuro do MAS?

Lula, mais próximo dos EUA

A acusação de que o governo de Lula é antiamericano mostrou seu pé de barro. Em menos de um mês, Lula recebeu Bush no Brasil e foi aos Estados Unidos para receber instruções sobre qual é o caminho que o Brasil deve seguir, como sócio menor. Foi elogiado pelos porta-vozes pró-imperialistas por se aproximar dos ditames da burguesia norte-americana.

Como defensor dos interesses da burguesia brasileira, levou na bagagem a proposta de redução da tarifa de importação que os Estados Unidos cobram do etanol brasileiro. Repetiu o que havia dito a Bush, na visita ao Brasil. Todo mundo sabia que os EUA não dariam a mínima. Mesmo assim, Lula discursou em favor da redução de barreiras para ampliar o comércio do etanol no território norte-americano.

A política de Bush de redução de 20% da gasolina e substituição pelo álcool disparou o plantio do milho. Beneficiar a importação do etanol brasileiro significaria contrariar o programa norte-americano do etanol, que tem no cultivo do milho sua principal matéria-prima. Estima-se que a safra do milho será superior à da soja. O que ficou acertado foi o plano de Bush de usar quatro países (Haiti, República Dominicana, São Cristóvão e El Salvador) para a produção do biocombustível. O que os EUA pretendem é usar o Brasil para reforçar o colonialismo sobre esses países atrasados.

Retomou-se a discussão sobre as negociações comerciais (Rodada Doha), emperradas em função do protecionismo dos países imperialistas. A exigência de redução dos subsídios agrícolas implicaria mudanças na política dos EUA e dos países europeus. O fracasso é evidente, porque não haverá acordo que beneficie o G-20 e o G-33. Os EUA querem que o Brasil, que lidera o G-20, convença a Índia, Etiópia etc, organizados no G-33, a aceitarem as condições aduaneiras exigidas pelas potências.

O protecionismo imperialista fala mais alto. A aproximação de Lula mais ainda dos EUA favorece o intervencionismo econômico da potência sobre a semicolônia. A tentativa de desenvolver uma política internacional independente, por meio do G-20, fracassou. O Mer-

cosul que foi considerado estratégico para o não-alinhamento detrá das potências, que já havia se espatifado sob o governo de FHC, não teve como ser restaurado. Evidencia-se, também, o fracasso do objetivo de unir os interesses da burguesia brasileira aos do imperialismo europeu.

Um fato que chamou a atenção foi o "pedido" de Bush para que o Brasil se alinhe em torno das medidas de isolamento do Irã. A Petrobrás investe no petróleo iraniano, o que significa perda para as multinacionais do setor e furo no bloqueio econômico imposto pelo imperialismo. É claro que Lula não poderia ter dito sim, tamanho é o interesse da Petrobrás. Mas as pressões crescerão conforme avance as negociações em torno do etanol.

As pressões do grande capital, no Brasil, vêm no sentido de empurrar o governo Lula para os braços do imperialismo norte-americano. Tem-se feito campanha em torno do fracasso da política do G-20, das concessões ao antiamericanismo de Hugo Chaves, dos obstáculos à Alca, do reconhecimento da China como economia de mercado e da complacência com o nacionalismo do Oriente Médio. Setores importantes do grande capital brasileiro exigem que Lula mude sua postura de recusa a acordos bilaterais com os EUA. E Lula vem cedendo.

Novos dados econômicos

A revisão dos dados sobre o crescimento econômico nos últimos três anos, operada com a aplicação de um novo método de aferição pelo IBGE, serviu de motivo para o governo comemorar. Em 2006, o índice de 2,9% de crescimento do Produto Interno Bruto foi reajustado para 3,7%. Conta com isso para prever um crescimento próximo de 5% em 2007.

Entretanto, a Oposição burguesa se encarregou de demonstrar que a indústria não cresceu. De fato, a revisão diz respeito ao peso dos chamados serviços, que abarcam bancos, telefonia etc. Os bancos tiveram alta lucratividade, muito acima dos ganhos da indústria. De conjunto, os serviços passaram a ocupar

64% do PIB.

O consumo interno possibilitou um crescimento de 2,8% da indústria. Mas agigantou o endividamento da população.

Ao lado da revisão do IBGE, o DIEESE mostrou que a média salarial tem caído e o desemprego retomou o crescimento.

O que quer dizer que o IBGE não demonstrou que as tendências ao crescimento geral devam prevalecer no próximo período. Evidenciou que avançou o parasitismo financeiro, que a monumental dívida interna permaneceu como grande problema, que a taxa de desemprego foi mantida nas alturas e que o mais provável é que cresça.

Frente a essas conclusões, digladiam as frações do capital. A indústria anunciou que exigirá do novo ministro responsável pelo setor que apresente um plano de compensação para os exportadores e que aja no sentido de baixar as taxas de juro. Os assalariados também devem pagar com mais sacrifícios. A burguesia unida quer que o governo retome a reforma trabalhista e seja mais incisivo na reforma da previdência.

Dúvidas sobre a economia mundial

O crescimento econômico, prometido no segundo mandato de Lula, depende da situação mundial. No entanto, os dados são contraditórios.

Volta a dúvida em torno da possibilidade dos EUA manterem a média de crescimento dos últimos anos. O ramo imobiliário indicou esgotamento e inadimplência massiva. Os recentes abalos nas Bolsas sinalizaram uma crise maior.

A China se vê obrigada a reduzir a aceleração de seu crescimento. As contradições internas, resultantes do processo de restauração capitalista, agravaram a pobreza de milhões de camponeses (que têm suas terras confiscadas para serem vendidas às empresas), e a miséria dos trabalhadores das cidades (que convivem com o desemprego, baixos salários e superexploração do trabalho).

O G-23 não consegue impor seus planos de proteção aos países que necessi-

tam ampliar as exportações agrícolas. Enfrentam o protecionismo das potências. Elevar as taxas de crescimento do Brasil depende da aceleração do comércio mundial. O quadro indica que a tendência é de crise e não de um novo fôlego do capitalismo.

A corrida de Lula para os braços de Bush vem no sentido de procurar uma garantia para que o governo não fracasse de imediato no seu plano de crescimento econômico acima das metas do seu primeiro mandato. O etanol comparece como bandeira de crescimento do Brasil. O imperialismo acenou com investimento na forma direta e na de empréstimo. Mas o protecionismo dos EUA e da Europa não será modificado no essencial. As potências enfrentam a crise de superprodução e necessitam que as semicolônias abram mais suas fronteiras.

As mãos do PMDB no governo Lula

Os petistas sentiram que Lula não montou o governo de coalizão com a liberdade que dizia ter, pretensamente alcançada com 82 milhões de votos. O PMDB manejou a definição dos mais importantes ministérios, a exceção daqueles que definem a política econômica (Fazenda, Planejamento e Banco Central). Para tirar a má impressão deixada no PT, Lula se reuniu com senadores do partido e revelou preocupação em não "virar refém do PMDB" (Estadão, 5/4). O artigo diz que o Presidente reconheceu que depende não só do PT mas também de parte da oposição, principalmente do PSDB, para equilibrar a força peemedebista no poder do Estado.

O PT perdeu força no governo Lula. A coalizão que sustenta a governabilidade exigiu a despetização do governo. O PMDB pretendia ocupar os ministérios mais estratégicos, entre eles o do Planejamento. Para isso, a despetização teria de ser mais ampla. Lula negociou a manutenção do núcleo dirigente da economia (Mantega, Meireles, Paulo Bernardo e Dilma Rosset). Definiu uma autonomia em relação ao PT e passou a estabelecer acordos com os partidos da coalizão para que assumissem os demais ministérios.

O PT ficou submetido às decisões da



Marinho ficou espremido entre os ministérios concedidos aos aliados do governo

coalizão. O PT é mais um partido da coalizão. Não por acaso, o nome de Marta Suplicy foi jogado de um lado para outro conforme os interesses dos partidos que controlam a frente governamental.

Na coalizão, as forças políticas não são iguais. O PMDB participa como partido, o que vale dizer que os ministérios são decididos pelo partido. O inverso ocorre com o PT. Os ministros petistas são ministros lulista. Como o PT considera que o governo de Lula é seu governo, estará subordinado à coalizão.

O PMDB que não considera o governo de Lula como seu governo, ditará o funcionamento da coalizão. O PT saiu desmoralizado e com a pecha de ser também corrupto. Um segundo mandato de Lula dependia de sua autonomia em relação ao partido e sua aproximação dos partidos que compõem a base aliada. A governabilidade de Lula implicou aproximação com o partido de maior força eleitoral.

A partilha ministerial, que tem por detrás o controle do orçamento estatal, indica que será um governo de crise. Se a situação econômica se agravar, as forças desintegradoras se fortalecerão. O governo está na dependência do PAC e do acordo do etanol com os EUA.

Mas há ainda um outro ponto de conflito: os ministérios da Previdência e do Trabalho foram distribuídos respectivamente entre CUT e Força Sindical (PDT). A burocracia cutista se mostrou descontente de Lula favorecer a burocracia forcionista. Por mais que se completem na tarefa de estatizar os sindicatos e barrar a organização das lutas, continuam a disputar a hegemonia no aparato sindi-

cal. Lula acredita que poderá apaziguar as duas frações e manter o PDT na coalizão. No primeiro mandato, destacou-se como oposição, arrastado pela frente PSDB/PFL.

A burguesia reclamou da distribuição dos cargos. Porta-vozes das reformas da Previdência e do Trabalho consideram que Lula se armou contra as medidas de contenção de gastos do Estado. O que significa que crescerão as pressões dos capitalistas sobre o governo. A crise poderá estalar nestes ministérios. O fiel da balança continuará a ser o PMDB. Tudo indica que Lula, ao contrário da independência pretendida, se acha emaranhado pelas forças da coalizão. O enorme peso do PMDB tenderá a crescer diante de qualquer crise.

A decomposição da política burguesa

A reforma política traz à tona o caráter oligárquico dos partidos. Os interesses regionais se chocam com as medidas partidárias de ordem geral. O mesmo ocorre com os partidos de maior representação no Estado. Por isso, as arestas em torno das principais medidas que devem ser votadas necessitam de um esforço entre partidos e no interior deles.

O fato de 36 deputados se deslocarem da oposição para partidos da coalizão, em menos de dois meses de legislatura, provocou uma crise política. A decisão do Tribunal Superior Eleitoral em favor dos partidos que perderam parlamentares, considerando que os mandatos pertencem ao partido e não ao parlamentar, impulsionou o conflito em torno da reforma partidária.

Retomam-se as propostas: a) a cláusula de barreira (os partidos devem ter no mínimo 1% dos votos válidos para deputado federal em pelo menos nove estados e eleger no mínimo um deputado em cinco estados diferentes); b) financiamento partidário (torna exclusivo o financiamento público para campanhas eleitorais); c) listas partidárias fechadas (o eleitor votaria na lista de candidatos do partido); d) fidelidade partidária (o candidato tem de ter no mínimo dois anos de filiação no partido para disputar as eleições).

São medidas que restringem o número de partidos, fortalecem a oligarquia

política e reforçam o uso de dinheiro público para financiar campanhas dos grandes partidos. Trata-se de uma reforma de interesse dos partidos oficiais e se torna conflituosa em função das disputas interburguesas na administração do Estado. É mais um fator de crise no seio do Estado.

Crise militar

A greve dos controladores de vôos abriu um choque entre governo e militares. Os sargentos não aceitaram a presença do comando da aeronáutica nas negociações.

Lançaram um Manifesto demonstrando a situação obsoleta dos aparelhos de controle e as péssimas condições de trabalho. Acusaram o alto comando de ameaçá-los com armas. E reivindicaram: 1. "Fim das perseguições e retorno imediato dos representantes de associações e supervisores afastados de suas funções de origem"; 2. Criação de uma gratificação emergencial para os controladores de tráfego aéreo"; 3. Início da desmilitarização conforme proposta do GTI com absorção voluntária da mão-de-obra dos atuais controladores de tráfego aéreo militares"; 4. Nomeação de uma comissão com representantes do Poder Executivo e dos controladores (civis e militares), a fim de acompanhar as mudanças no tráfego aéreo. Mudanças que devem ser assumidas formalmente pelo governo federal, já que até o momento não nenhum".

Diante das acusações ao comando, o brigadeiro Juniti Saito decidiu prender as lideranças e punir os grevistas. Lula, em viagem aos EUA, interveio no sentido de negociar e evitar a prisão. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, concordou com as reivindicações de gratificação salarial e não punições dos sargentos. A chefia da Aeronáutica não aceitou a negociação e alegou quebra da hierarquia. Lula teve de conter o ímpeto repressivo do comando das forças aéreas, receando que pudesse agravar o quadro grevista e não porque quisesse desautorizar o poder militar.

No entanto, o choque entre a ala dos militares e o governo se agudizou. O exército e a marina se solidarizaram com Saito. O Clube da Aeronáutica exigiu retratação de Lula. O brigadeiro Ivan Fro-

ta, da reserva, em nome do Clube, ameaçou ir ao Supremo Tribunal Federal para enquadrar o presidente da república. A implantação da desmilitarização gradual do tráfego aéreo mexeu no vespertino.

Lula imediatamente retrocedeu. Atacou os grevistas. Elogiou Sato. Deu-lhe poder para reprimir os sargentos. O acordo foi desfeito. O movimento se desfez, isolado e cercado pelas armas. Saito estava preparado para golpear os grevistas. Não houve apoio da CUT.

Em todos esses episódios o Ministro Valdir Pires, da Defesa, ficou à margem. Lula o manteve no posto esperando passar a tormenta para removê-lo. O poder dos militares no seio do governo se mostrou atuante.

CPI do Apagão, ponta do iceberg

O que se denominou apagão aéreo atingiu a pequena burguesia e a burguesia. O PFL, PSDB e PPS aproveitaram-se do clamor dos ilustres passageiros. Denúncias de corrupção na Infraero vieram à tona.

Assim, nem bem começou o segundo mandato de Lula e aqueles que pretendiam derrubá-lo no primeiro mandato correram a montar a "CPI do Apagão". A coalizão majoritária derrotou a investida. A oposição recorreu com uma liminar, que foi concedida pela Justiça. Espera-se a decisão final do Supremo Tribunal Federal.

A greve dos sargentos e a crise militar aumentaram a possibilidade do Supremo dar causa favorável à CPI. Os petistas reclamam que o Supremo passou a legislar por cima do Congresso. Os governistas esperneiam, mas não têm força para se contrapor e enfrentar o agravamento da crise política. Apresentaram um plano: controlarão a presidência e a relatoria.

O governo teme que a abertura das apurações possa reavivar a crise do primeiro mandato. Trata-se mais uma frente de crise, que o governo terá de debelar.

Greve da Polícia Federal

Nessa situação, a Polícia Federal realizou uma paralisação exigindo do

governo o cumprimento de um acordo passado. O problema não chegou ao desfecho. A repressão aos controladores servirá de exemplo às demais armas. Mas não resolverá o descontentamento no aparato repressivo do Estado.

O anteprojeto antigreve a ser aprovado pelo Congresso é a resposta do governo Lula às lutas do funcionalismo, ocorridas no primeiro mandato. No PAC, está previsto o arrocho salarial por vários anos. O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pretende criar obstáculo a todo funcionalismo, incluindo a proibição de greve na polícia. No exército já existe a proibição. Fazer greve é motim, e paga-se com a prisão.

Esse é o caminho que o governo Lula prepara, com a anuência da CUT. Lula e a burocracia sindical, para governarem, pagam tributo caro à reação – combater o direito elementar dos assalariados se defenderem contra a exploração.

Observamos que o quadro político apresenta vários pontos de crise, que acabarão por se confluir.

A luta

Trata-se de intensificar a campanha em torno das reivindicações vitais das massas exploradas (salário, emprego, escala móvel das horas de trabalho, educação pública em todos os níveis, terra aos camponeses pobres etc) e defender o método próprio dos trabalhadores, que é a ação direta. Deve-se rejeitar as reformas governamentais (Previdência, política, sindical, trabalhista e educacional), bem como o PAC (que beneficia unicamente o grande capital). Está colocada a luta pelo direito irrestrito de greve. Nenhuma repressão aos operadores de vôo! Que suas reivindicações sejam atendidas!

A classe operária vem sendo golpeada pelo desemprego, mas permanece recuada. As ilusões das massas no governo burguês e pró-imperialista de Lula e a enorme máquina dos sindicatos (e da CUT) burocratizados têm servido de bloqueio à luta dos explorados. É necessário trabalhar no seio da classe operária contra as ilusões e contra o freio da burocracia.

Encontro Nacional Conlutas/Intersindical

Tribuna para discursos

O Encontro Nacional, realizado no dia 25 de março, reuniu mais de 5 mil participantes. Os objetivos eram o de constituir o Fórum Nacional de Mobilização contra as reformas neoliberais e aprovar um plano de ação para o próximo período. Os organizadores foram a Conlutas (dirigida pelo PSTU), Intersindical (que envolvia ex-petistas e sindicalistas que no último congresso não conseguiram número suficiente para compor a direção da CUT) e pastoral operária. Entre os partidos legalizados, o PSTU e PSOL compareceram como principais forças, representando a frente eleitoral de 2006. As organizações de esquerda também se fizeram presentes.

O Encontro se limitou a saudações dos sindicatos, entidades, pastoral operária, de militantes do movimento sem-terra, de representantes da Corrente Sindical Classista (PCdoB), de partidos (PSTU, PSOL, PCB) e de organizações políticas de esquerda. A base social majoritária do Encontro era de estudantes (Conlute e esquerda do PSOL) e funcionários públicos. Havia um número reduzido de operários e camponeses, geralmente vinculado à direção dos sindicatos e movimentos presentes. O Encontro serviu de tribuna para os reformistas (Heloisa Helena, Plínio de Arruda, Valdemar Rossi etc) e para a burocracia sindical de esquerda (Jorginho, Melato etc). O PSTU usou o Encontro para promover discursos contra a burocracia da CUT e governo. Elogiou o quanto pôde a aliança eleitoral com o PSOL e vice-versa.

A que se reduziu o Encontro

A Conlutas não levou a uma frente de ação a partir do Encontro. O plenário se manteve disperso. A coordenação do Encontro trouxe um plano de ação (de consenso entre os promotores do Encontro), um manifesto e um calendário de atividades. O Plano de mobilização iniciava com a luta con-

tra as Reformas da Previdência, Sindical, Trabalhista e Universitária, não se colocava contra as privatizações em geral (limitava a anulação do leilão da Vale do Rio Doce, contra a venda da Petrobrás e as ações do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), defendia o emprego pela via da redução da jornada de trabalho e generalizava a bandeira de aumento do salário mínimo e, por fim, trazia a exigência de retirada das tropas brasileiras do Haiti e fim da ocupação no Iraque. Mesmo acordado entre as forças políticas organizadoras do Encontro, o Plano não foi submetido à discussão e votação do plenário. O Calendário Unificado continha o 1º de Maio, a semana de 21 a 25 de maio contra as reformas (atos nas regiões), um debate contra a reforma da Previdência no Congresso Nacional com a presença de "personalidades" (entre elas o presidente da OAB), uma manifestação nacional em Brasília (segundo semestre) e um plebiscito em setembro pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce. Sequer esse calendário foi submetido ao voto do plenário. Como se vê, tudo veio pronto. A proposta de unidade do PSTU/Conlutas refletiu adaptação às posições dos reformistas e ao seu calendário de luta institucional.

O exitismo do PSTU

O exitismo foi grande. Todos exaltaram a quantidade de pessoas presentes. O Encontro se transformou numa grande festa. Não por acaso, o editorial do jornal do PSTU, que faz um balanço do Encontro, diz assim: *"Existem emoções difíceis de transmitir. Por mais que se conte com detalhes o que aconteceu no dia 25 de março em São Paulo, será difícil chegar perto da emoção vivida diretamente por seus participantes"*. Em seguida, falseia o que de fato ocorreu, pois fala que: *"Setores muito diferentes em suas posições políticas debateram e deliberaram bandeiras e um plano de ação comum"*. O entusiasmo do PSTU o fez cego, porque nada foi debatido e deliberado. Prevaleceram a política dos acordos de cúpula e o método burocrático de condução do

evento, ou seja, discursavam os que comungavam das mesmas idéias. Mas, o PSTU dá uma lição de casa aos seus convidados (MST e PCdoB): *"levar o balanço desse Encontro à suas entidades"*. Por fim, faz um chamado a esses convidados que *"rompam com o governo, sem o qual não será possível sustentar essa luta até o fim"*. O pedido do PSTU aos estalinistas do PCdoB e à burocracia dirigente do MST é fantasioso, porque essas direções trabalham pela sustentação de Lula por meio de um governo de coalizão com partidos burgueses, entre eles o PMDB de Sarney.

O Encontro demonstrou que a Conlutas não se constituiu em uma Central, não apresentou uma base operária majoritária. Os acordos para a vigência do Encontro evidenciam o caráter burocrático e ressaltam o exitismo eleitoral dos partidos que conformam a Conlutas. Na avaliação do PSTU, o Encontro demonstrou a vitória da cisão com a CUT e a constituição da Conlutas. O que vimos, no entanto, foi uma Conlutas baseada na pequena burguesia.

Posição do POR

O Partido Operário Revolucionário (POR) interveio por meio de um panfleto que dizia que o Encontro devia se colocar por um programa de reivindicações que unisse a classe operária, os camponeses, a juventude oprimida e demais trabalhadores; que defendesse as condições mais elementares de vida das massas e a expropriação revolucionária da grande propriedade burguesa; e que organizasse a luta antiimperialista e anticapitalista. Trazia, também, uma crítica aos organizadores do Encontro: *"As organizações responsáveis pela convocação do Encontro estão com essa disposição?"* *"Não é o que transparece o relato da reunião de preparação. Não se propõem unir as reivindicações elementares às tarefas de expropriação do grande capital. Restringem as bandeiras de defesa econômica das massas: salário e emprego."* Em seguida, o panfleto trouxe um programa de luta, que terminava com o cha-

mado à constituição da Frente Única Antiimperialista. O POR utilizou de poucos minutos no plenário para expor a importância de uma frente de combate aos governos, ao imperialismo, mas sob o programa e os métodos da classe operária.

Ódio racial

Bastou a secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, dizer que é natural o racismo de negro contra branco para criar enorme polêmica sobre o ódio racial no Brasil. “Quem foi açoitado a vida inteira não tem de gostar de quem o açoitou”. Eis a frase que levou a direita acadêmica – entendida de história – a se indignar com a continuidade de Matilde Ribeiro no posto com status ministerial.

A “argumentação”: onde já se viu interpretar a história como conflito racial? Uma incitação ao ódio racial. E, afinal de contas, não existem raças – está cientificamente comprovado -, só existe uma raça, a humana.

O presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Percílio de Sousa Lima Neto, estranhou a declaração de Matilde à BBC Brasil. “Como negro, não alcanço o sentido de tão estranha declaração”.

A deputada federal Andréa Zito pede punição de acordo com a Lei 7.716, de 1989, que prevê prisão a quem instigar o ódio racial.

O vice-presidente da República, José de Alencar, saiu em defesa da secretária. “Não existe problema racial no Brasil. O que existe é a necessidade de inclusão dos desfavorecidos (...)”.

Não faltou quem defendesse de verdade Matilde. O ativista negro da África do Sul, Mac Maharaj, disse que foi um ato de coragem. Mas faltou coragem a Matilde em se contrapor à campanha daqueles que querem acobertar o racismo e

O POR continua com sua crítica contra o rompimento com a CUT e contra a burocratização da central. Levanta a bandeira de que a CUT rompa com o governo, com o Fórum Nacional da Previdência. Trabalha por uma direção revolucionária para

enfeitar a democracia racial brasileira. O posto governamental falou mais alto.

O que nos interessa, no entanto, é rechazar os ataques dos intelectuais, acadêmicos, políticos etc. que, em nome da miscigenação, das relações sociais, da história etc. defendem a continuidade do racismo. Reafirmamos que “quem foi açoitado a vida inteira não tem de gostar de quem o açoitou”.

O ódio racial existe. Aqueles que açoitaram os escravos, depois os libertaram para manter a exploração capitalista e os transformaram em uma massa de assalariados ou desempregados famintos, constituíram e constituem a burguesia branca. A miscigenação não mudou a relação de opressão de classe e com ela a discriminação contra os negros.

O ódio racial terá significado para as amplas massas negras e pardas – 50% dos brasileiros – se expressar o ódio de classe. Os explorados e oprimidos – negros e brancos – não podem e não devem gostar dos exploradores, que formam a minoria branca.

A burguesia e seus lacaios da universidade – belos cientistas sociais, que vivem de migalhas da classe dominante – querem a harmonia social, querem que os explorados e famintos continuem ajoelhados diante da chibata do capital.

Matilde Ribeiro disse apenas um fato conhecido de todos – os negros têm ódio dos brancos que os esfolam, que os têm sempre como suspeitos, basta serem pobres, favelados, que os discriminam no emprego, na função e que fazem com

o movimento operário, que varra todas as variantes de burocracia sindical. Critica o divisionismo imposto pela esquerda na Conlutas ao movimento social, que deixou a burocracia petista controlando sem oposição a Central.

que seu trabalho valha menos que os dos trabalhadores brancos.

O ódio racial é por serem negros, explorados e discriminados. Logo se vê que se funde com o ódio social, latente na maioria dos oprimidos. Mas certamente não é com ódio que se combate a opressão. Mas sem ódio de classe e de “raça” não se enfrenta os exploradores e racistas.

Inevitavelmente, é questão de tempo, as massas oprimidas se levantarão contra a grande propriedade capitalista, contra a burguesia branca e contra toda relação de opressão. O problema central é que os reformistas – como Matilde Ribeiro – defensores da “inclusão dos negros, índios etc.” – ludibriam os negros e pretendem arrefecer o ódio racial com a boa vontade da burguesia.

O racismo permanecerá enquanto permanecer a exploração capitalista do trabalho. A ascensão de uma minoria negra de classe média que vem se formando nas últimas décadas não fará senão ressaltar a opressão sobre a esmagadora maioria negra, que pertence à classe operária.

A real tarefa é organizar a classe operária, essa sim miscigenada, para derrubar a burguesia branca do poder, expropriá-la e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.

Viva o ódio dos explorados negros contra os exploradores brancos! Viva o ódio de classe contra a burguesia branca!

A Situação Revolucionária da Bolívia sob o governo de Evo Morales

Adquira esta publicação do POR com a tradução de diversos artigos do jornal Massas boliviano, que trazem uma caracterização do governo Evo Morales, a questão da semi-nacionalização dos hidrocarbonetos, a disputa nas minas entre a estatização e o cooperativismo, a questão agrária, a disputa interburguesa na Constituinte e a estratégia revolucionária do POR.

Adquira também o folheto sobre o levante de Cochabamba. Peça ao distribuidor deste jornal.

A farsa da preocupação “ecológica” da burguesia

Nos últimos meses, a chamada questão “ecológica” tem surgido com força na mídia. Artigos, matérias, campanhas são amplamente divulgados mostrando como a “humanidade” tem destruído a natureza (desmatado as florestas, poluído os rios e o ar, extinguido milhares de espécies da fauna e flora, etc). Curiosamente, esse movimento de destruição remonta, pelo menos, ao século XVIII com a grande Revolução Industrial e o processo subsequente de urbanização e industrialização da Europa ocorrido no século XIX. Está ligado, portanto, ao auge do capitalismo. O século XX abriu-se com guerras mundiais, desastres nucleares de todos os tipos e a crítica a tal processo nunca foi amplamente apresentada para a sociedade. Não era questão relevante aos interesses capitalistas de expansão e conquista de mercados.

Agora, início do século XXI, toda uma campanha contra os “abusos da humanidade” é difundida por todos órgãos de imprensa, chegando mesmo às escolas públicas e privadas, que adotam projetos de “conscientização do meio ambiente”. No geral, tal campanha visa acobertar os responsáveis pela destruição, isto é, visa esconder que são os capitalistas, movidos pelas leis de seu modo de produção, que devastaram o planeta. Acoberta e, ao mesmo tempo, distribui a “culpa” entre todas as classes sociais, inclusive, àquela massa de miseráveis que nem mesmo tem acesso à eletricidade, à água, e que passa fome.

Mas essa campanha vai mais longe, porque além de acobertar os responsáveis, busca agora absolvê-los. Com a vinda de Bush ao Brasil para discutir um “biocombustível”, o etanol, não faltou quem afirmasse que os EUA es-

tariam dando uma guinada “ecológica”, preocupando-se com o fato, há tanto tempo conhecido, de que são os maiores poluidores do planeta.

Essa “preocupação ecológica” estaria vinculada a uma mudança de “consciência” da burguesia, principalmente, imperialista dos EUA e da Europa? Obviamente que não.

Os marxistas sabem disso desde o nascimento dos problemas vinculados à dominação da natureza pelo homem. O próprio Engels escreveu diversos textos criticando a dominação cega da natureza e os efeitos da destruição das florestas, da poluição dos rios, etc. Ele mostrou, ainda no século XIX, como a burguesia preocupada apenas com a valorização do capital nunca pôde observar as conseqüências de sua intervenção despótica sobre a natureza. Há textos clássicos sobre essa questão, como “A Dialética da Natureza” e “Humanização do Macaco pelo Trabalho”.

Na realidade, prevaleceu e ainda prevalece (e prevalecerá enquanto existir o modo de produção capitalista) os interesses econômicos, a necessidade de valorização do capital. A discussão atual em torno dos agro-combustíveis não é mediada por valores “ecológicos” – até porque a implementação, nos moldes atuais de agronegócio, vai ser tão prejudicial ao meio ambiente quanto o uso de combustíveis fósseis – mas é mediada pela necessidade de criar mais uma mercadoria, com a qual a burguesia possa realizar a valorização do seu capital. Se o etanol e outros agro-combustíveis estão ligados a uma necessidade atual, ou seja, tem um valor de uso, não é em razão desse valor de uso que o capitalista vai produzi-lo. Como diria Marx, “produzem-se aqui valores

de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores de valor de troca”. É porque os agro-combustíveis tem potencial para se tornarem uma nova mercadoria, onde uma massa de capitais poderia ser aplicada na sua produção é que capitalistas do mundo inteiro e de vários setores, como Monsanto, Bayer, Dupont, British Petroleum, Shell, Volkswagen, Peugeot, Citroen, Renault vêm investido milhões de dólares em pesquisas de biotecnologia. É por isso que já querem discutir a organização da comercialização desse novo produto, tal como ocorre com a organização dos países produtores de petróleo. É a lei implacável do capitalismo que comanda suas vontades: produzir uma nova mercadoria, faturar o mercado entre as maiores corporações.

O problema da destruição da natureza não pode ser resolvido nos marcos do capitalismo. As forças produtivas capitalistas e as relações de produção que as conformam só podem ser revolucionadas pela destruição da propriedade privada e pelo controle social da produção. Não é a “boa intenção” de grupos “ambientalistas”, de caráter pequeno burguês, sem vínculo direto com a produção, nem os inúmeros discursos de governos e organizações burguesas, vinculadas por centenas e milhares de fios às grandes empresas capitalistas, que responderam a esse grave problema. O fim da separação histórica entre homem e natureza só pode se dar pela constituição de forças e relações produtivas comunistas; essas só podem germinar com a Revolução Socialista; tal é a tarefa dos que realmente se preocupam com o “futuro do planeta”.

O Fundeb e a destruição da educação no Brasil - A resposta proletária

Adquira esta publicação do POR (regionais do Ceará e de São Paulo) com a crítica ao Fundeb e a resposta proletária à crise da educação.

Pr que paralisar e participar da assembleia, no dia 17/04?

1. PORQUE SERRA JÁ ANUNCIOU REAJUSTE DIFERENCIADO PARA O FUNCIONALISMO, COMEÇANDO PELA EDUCAÇÃO

Até agora, Serra não definiu o reajuste para os servidores. Em compensação, dia 19 de março, anunciou que o reajuste não será mais linear. Todos os setores do funcionalismo serão avaliados (a partir de critérios definidos pelo próprio governo) e cada unidade de serviço (escola, hospital, delegacia etc.) só terá reajuste se tiver **bom desempenho**. Assim, na educação, receberão reajuste maior os professores das escolas com resultado positivo.

Essa medida deve ser rechaçada porque reforça o arrocho salarial, impõe a farsa da avaliação de desempenho e divide os trabalhadores (funcionários públicos).

2. PORQUE SERRA JÁ ANUNCIOU A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O governador e a Secretária de Educação, Maria Lúcia Vasconcelos, já divulgaram que haverá mudanças na grade curricular para 2008. Disciplinas serão eliminadas; outras, flexibilizadas (no caso de Inglês, os alunos poderão apresentar certificado de cursos em instituições privadas) e algumas, ainda, sofrerão diminuição da carga horária.

A Reforma do Ensino Médio significará mais desemprego e parcerias com empresas privadas. Os professores, na greve de 2000, derrotaram a proposta do governo de Reforma do Ensino Médio. Agora, Serra a traz à tona novamente. É preciso retomar o movimento que rechaçou essa reforma.

3. PORQUE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE) DE LULA:

- INSTITUI UM PISO SALARIAL MISERÁVEL DE R\$ 850,00

O governo Lula já lançou a medida que estabelece este valor de piso. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) defende quase a mesma coisa: R\$ 1.050,00.

Esse vergonhoso piso dá ao governo Serra motivos para manter o piso de R\$ 966,75 (PEB II – 30 horas). Precisamos rechaçar essa medida de Lula e exigir um salário que, de fato, atenda as nossas necessidades (ver no verso a nossa proposta).

- LIBERA VERBAS A PARTIR DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS ESCOLAS

O governo Lula já instituiu o Prova Brasil que avalia o “rendimento” dos estudantes. O PDE cria o Provinha Brasil, para avaliar alunos entre 6 e 8 anos. Com os resultados, estabelecerá um Plano de Metas para as escolas e, a partir do cumprimento dessas metas, as verbas serão enviadas, ou não, para os estados e municípios.

Chega de punição aos estudantes e professores! Os responsáveis pelo fracasso escolar são os governos, que cortam recursos, fecham escolas/salas, sucateiam o ensino, precarizam as condições de trabalho e impõem o mais violento arrocho salarial.

Rejeitar o PDE é uma tarefa de todos os trabalhadores.

4. PORQUE O PAC DE LULA MANTÉM O ARROCHO SALARIAL DO FUNCIONALISMO E INSTITUI A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) penaliza o funcionalismo federal através do limite de reajuste em 1,5% acima da inflação. Trata-se de um aprofundamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que pode ser seguido por todos os governadores, incluindo Serra.

Além disso, levou à criação do Fórum Nacional da Previdência, que pretende aumentar o tempo para aposentadoria, reduzir a diferença entre os homens e as mulheres, dentre outros ataques.

A assembleia deve aprovar: a) que a CUT rompa com o governo; b) Que a CUT saia do Fórum Nacional da Previdência; c) o fim das reformas da previdência (de FHC, Lula).

5. PORQUE A DATA-BASE SEM MOBILIZAÇÃO É UM ENGODO

A instituição da data-base, por si só, não garantiu a reposição das perdas. Serra criou a comissão para a negociação, mas nada foi resolvido. Não dá para ficar esperando a enrolação do governo. A única forma dele recuar e lançar um reajuste é a pressão dos servidores. Por isso, precisamos de um movimento massivo, que tome as ruas.

A unidade do funcionalismo é nossa força. Somente por meio da paralisação é possível arrancar conquistas.

6. PORQUE AS DECISÕES TÊM DE ESTAR NAS MÃOS DOS PROFESSORES

A assembleia, realizada no dia 30/03, que contou com cerca de 5 mil professores, deliberou que nova assembleia fosse realizada no dia 17/04, COM PARALISAÇÃO, contra a proposta da diretoria da Apeoesp de se limitar a caravana à Brasília.

Os professores aprovaram o eixo proposto pela Oposição Unificada: DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DO SALÁRIO, DO EMPREGO E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO. Contra todas as reformas do ensino, tanto do governo Serra como do governo Lula (PDE), contra qualquer reforma que retire os direitos (PAC), 25 alunos por sala, dentre outras medidas.

Se você se identifica com esta proposta, se você não concorda com as intermináveis caravanas a Brasília que visam a dar apoio ao PAC, PDE de Lula, se você se cansou das perdas causadas pela política imobilista da diretoria do sindicato, então, o caminho é paralisar as escolas e comparecer à assembléia de 17/04. É na assembléia que serão votadas as propostas de mobilização.

7. PORQUE NÃO PODEMOS CONFIAR NA DIRETORIA DA APEOESP

A ala majoritária da diretoria defende um "reajuste salarial imediato, na perspectiva do piso do Dieese" (de R\$ 1.562,35 para fevereiro), ou seja, nem esse piso, que aprovou em congresso estadual, defende de fato. Na verdade, respeita os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para negociar nosso aumento. Mesmo sabendo que nossas perdas salariais históricas (desde 1970) estão em 242,23%, o que daria um salário de R\$ 3.133,12. Antes do Plano de Carreira imposto pela 836/97, ganhávamos, no mínimo, 5 salários mínimos; agora, ganhamos por volta de apenas 2 mínimos.

Quanto ao PAC, a diretoria da APEOESP defende o "apoio crítico". Ou seja, acredita que, com caravanas a Brasília conseguirá que os deputados apresentem emendas ao plano. Quanto ao PDE, não quer o piso de R\$ 850,00, defende o da CNTE de R\$ 1.050,00, que é um acinte.

Alguns professores reclamam que há "brigas" no sindicato. De fato há. Mas, por quê? Porque há uma diretoria que não quer lutar, quer fazer acordos espúrios com os governos, e muitos professores classistas não aceitam isso. Só não ocorreriam discussões, se fôssemos submissos.

A nossa tarefa é paralisar e comparecer massivamente à assembléia.

8. PORQUE DEVEMOS APROVAR O SALÁRIO MÍNIMO VITAL

É claro que o piso do Dieese é melhor do que o salário base do governo. Mas esse piso não resolve nada. Eis as razões: a) o cálculo do piso do Dieese é feito da seguinte maneira: primeiro, multiplica-se o custo da Cesta Básica nacional por três (família de 2 adultos e 2 crianças, que comem por 1 adulto) para chegar ao Custo Familiar de Alimentação; b) estabelece que 35,71% do valor do salário está comprometido com alimentação e o restante (64,29%) deve dar conta do aluguel, vestuário, higiene, educação etc. Qual o problema? Para chegar ao valor da Cesta Básica Nacional, o Dieese e o IBGE utilizam a Tabela de Provisões Básicas de 1938 (do Governo Vargas), cuja quantidade e variedade de alimentos é precária (mesmo se multiplicarmos por 3). Veja ao lado.

Em nossos cálculos, mantendo o raciocínio adotado pelo Dieese (35,71% para alimentação), mas não nos sujeitando a essa Tabela de Provisões Básicas, levando em conta as nos-

sas perdas e o custo de vida, deveríamos ter um salário que garantisse de fato nossas necessidades e de nossa família. Deveríamos ter um salário que garantisse a vida, isto é, que fosse vital. Este deveria ser de, no mínimo, R\$ 2.500,00. Veja a última tabela.

Tabela de Provisões Básicas

Alimentos	Quantidade
Carne	6,0 kg
Leite	7,5 l
Feijão	4,5 kg
Arroz	3,0 kg
Farinha	1,5 kg
Batata	6,0 kg
Tomate	9,0 kg
Pão Francês	6,0 kg
Café em pó	600 g
Banana	90 unid.
Açúcar	3,0 kg
Banha / Óleo	750 g
Manteiga	750 g

Cálculo do SALÁRIO MÍNIMO VITAL

Alimentação	R\$ 812,75
Habitação	R\$ 588,00
Transporte	R\$ 340,50
Saúde	R\$ 204,50
Educação	R\$ 224,75
Vestuário	R\$ 196,75
Artigos de residência	R\$ 70,25
Despesas pessoais	R\$ 62,50
TOTAL	R\$ 2.500,00

9. PORQUE APROVAR A ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO

Há mais de uma década, os professores vêm enfrentando o problema do desemprego, com o fechamento de escolas e salas, com a superlotação destas últimas, com a eliminação de disciplinas e cursos, dentre outras medidas. Ao mesmo tempo, há escolas com salas ociosas, enquanto outras estão superlotadas. Trata-se de uma contradição: alunos para estudar, recursos físicos (salas) e humanos (professores) desperdiçados!

A defesa da reabertura de salas e escolas ajuda a criar emprego. Mas a certeza de que todos terão aulas só pode ocorrer de uma forma: dividir as aulas existentes entre os professores das disciplinas nelas habilitados, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO. Trata-se da ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO.

É preciso, também, garantir outra forma de vínculo para os professores OFA's e eventuais. Por isso, reivindicamos que a DIRETORIA DA APEOESP CUMPRA A PROPOSTA APROVADA NA ASSEMBLÉIA DE 14/10/05: ESTABILIDADE PARA TODOS OS OFA'S, INDEPENDENTE DO TEMPO DE SERVIÇO.

- PARALISAÇÃO EM 17/04!
- TODOS À ASSEMBLÉIA, ÀS 14:00 HORAS, NO MASP!
- EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DO SALÁRIO E DO EMPREGO. CONDIÇÕES DE TRABALHO. ABAIXO AS REFORMAS DO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL!
- SALÁRIO MÍNIMO VITAL PARA TODOS OS PROFESSORES (DA ATIVA E APOSENTADOS)!
- ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO!
- ESTABILIDADE A TODOS OS OFA'S E EVENTUAIS!

Servidores públicos unificados saem as ruas contra a prefeitura de Fortaleza (Luizianne Lins/PT)

No último dia 20, os servidores públicos municipais protagonizaram uma grande caminhada unificada rumo à prefeitura Municipal de Fortaleza. Fruto da organização dos próprios servidores, entre eles, os agentes administrativos e assistentes sociais, compareceram diversas categorias, entre elas, professores da rede municipal de ensino, técnicos do SAMU, IJF, guarda municipal, que ocuparam a avenida Borges de Melo em direção à prefeitura de Fortaleza, denunciando à população os desmandos da gestão *Fortaleza Bela* (PT), entre eles os escândalos do superfaturamento do reveilhon, que somam da ordem de 2 milhões de reais e a atual situação dos setores do funcionalismo, entre eles os assistentes sociais, que recebem mensalmente míseros R\$ 325,00. Com os agentes administrativos, a situação não é diferente. Estes recebem pouco mais de um salário mínimo e estão submetidos a péssimas condições de trabalho, além da perseguição política dos diretores de escola em torno daqueles que se encontram em estágio probatório.

A atual gestão do PT tem sido marcada pelos sucessivos escândalos de superfaturamento, pelo funcionamento precário das escolas municipais, superlotação de salas de aula, relocação arbitrária do magistério, que empurra

um professor para lecionar em diversas escolas, contratações temporárias que acentuam a precarização dos trabalhadores, assim como o clientelismo e o apadrinhamento político. Na saúde, destacam-se as tentativas da prefeitura de Fortaleza (PT) de retirar o adicional noturno e o regime de planificação de diversas categorias do IJF.

Os servidores públicos de Fortaleza não admitem mais as manobras e desmandos da prefeita, que procura se sustentar diante da crise política de seu governo. O PT, que se adaptou ao Estado burguês, envolvido até a última gota com escândalos, cortes orçamentários na saúde, educação e falta de políticas públicas para a população, lança sobre os ombros dos trabalhadores o ônus dessa crise. Na Assistência Social, a situação ainda é mais caótica, porque não há sequer benefícios eventuais para o atendimento da população em situação de extrema pobreza, além das precárias condições de trabalho a que estão submetidos os assistentes sociais e demais servidores lotados nas unidades sócio-assistenciais (falta papel, telefone, prédios em estado de deterioração física, entre outros).

Nós, da Corrente Proletária dos servidores públicos municipais, chamamos todos os servidores a fortalecerem o COMITÊ UNIFICADO DE LUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DE FORTALEZA, que será organizado pela base das categorias aprovando um calendário unificado de lutas, pois, só através da ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E AÇÃO DIRETA DOS TRABALHADORES é que se arrancarão nossas REIVINDICAÇÕES.

- Exigir que os sindicatos assumam de forma efetiva as reivindicações das categorias, através da ampla mobilização unificada dos servidores com calendário único;
- Nenhuma ilusão com a gestão Fortaleza Bela (Luizianne Lins/PT) que não está "comprometida" com a vida dos trabalhadores;
- Manter a independência e autonomia do movimento;
- Pela unificação dos servidores públicos municipais, para arrancar a implantação do PCCS que atenda suas reivindicações;
- Para atender os assistentes sociais, exigimos o atendimento imediato da pauta de reivindicação emergencial (100% de gratificação + 50% de risco de vida) rumo ao salário mínimo vital de R\$ 2.500,00 a todos os trabalhadores, calculado e aprovado em assembléia geral;
- Emprego a Todos: efetivação imediata dos servidores em situação de contrato temporário;

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Proposta de universidade nova na Bahia: antecipação da Reforma universitária do governo Lula

A UFBA (universidade Federal da Bahia) será a cobaia para a aplicação da reforma do ensino superior que está em curso, cujo objetivo precípuo é a expansão do projeto para outras IFES, tais como a UFRJ, UNIRIO, UNB e UFPI.

No discurso de posse do novo mandato do reitor Naomar, há um enfático compromisso com a reforma do ensino superior: "Se o governo não fizer a reforma farei na UFBA" Diz seguir o modelo de Universidade da Bolonha. Entretanto essas reformas têm atacado abertamente as universidades públicas.

São vários os problemas que a universidade pública brasileira enfrenta que aponta para sua destruição, particularmente quando se pretende transformar o ensino superior num negócio. A denominada "privatização branca" destaca propostas que têm como objetivo diminuir o tempo das graduações, simplificar os cursos, instituir opções mais rápidas e fáceis na formação superior e outros. O processo de privatização das

universidades públicas é acompanhado de forma intensa pela abertura de novas IES privadas, facilitando o processo de mercantilização do ensino superior. De um lado, temos o processo acelerado de mercantilização e, de outro, o asfixiamento do ensino público.

No projeto de "universidade nova" da UFBA há toda uma arquitetura curricular, fragmentando o ensino, dicotomizando a formação geral do profissional, atomizando cada vez mais o ensino. A aplicação desta proposta depende do imobilismo dos setores organizados da comunidade universitária, em particular o movimento estudantil.

É PRECISO UNIFICAR AS LUTAS EM TORNO DA DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E BARRAR A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA. O PROJETO DO REITOR DA UFBA CONSTITUI UM ATAQUE À JÁ CAPENGA UNIVERSIDADE PÚBLICA!

Fortaleza-CE

Fechamento de sala de aula pelo governo

Cid/PSDB/PT

Nesses dois últimos anos, os professores do Ceará enfrentam a situação de haver ou não nas escolas a formação de turmas para que possam ser lotados. Com isso, os trabalhadores da educação precisam sair da escola para completar a carga horária em dois ou mais lugares.

Esse quadro está relacionado à combinação de vários fatores. Principalmente, os seguintes: a) as modalidades de ensino que são implementados pelos governos para colocar o mais rápido possível os alunos fora do sistema educacional, como por exemplo: TAM e TAF (além de tirar o emprego de sete professores, pois só necessitam de apenas um professor), Ciclos/EJAs, Pró-Jovem (os professores que são estagiários não podem ser efetivos da rede municipal de ensino de Fortaleza); b) falta de perspectiva dos próprios alunos nesta escola memorística, repetidora e anti-científica; c) quando trabalham, os estudantes vão à escola esgotados fisicamente, impedidos de qualquer aproveitamento; d) Boa parte dos alunos vive a seguinte questão: ou estuda ou trabalha. Muitos, por isso, deixam a

escola; e) há má distribuição da rede escolar de ensino, em vários bairros faltam escolas, enquanto em outros existem escolas a menos de 1000m, ou seja, além da necessidade para atender os filhos dos explorados.

Segundo o próprio MEC, através dos dados apresentados do Censo Escolar de 2005, desde 2000, vem verificando menor queda das matrículas no ensino fundamental; em 2003 essa tendência se deu também no ensino fundamental maior. No Estado do Ceará, ocorreu uma diminuição na ofertas de vagas de 31.918 alunos nas redes municipais.

Apesar dos indicadores do Censo Escolar de 2006, o MEC destacou o aumento de matrículas no ensino médio, porém, os próprios dados apresentados já em 2005 se percebiam a queda nas matrículas nesta modalidade de ensino no país.

A SEDUC, no ano passado, ofertou 84 mil vagas para os alunos novatos na rede estadual de Fortaleza, mas somente foram preenchidos em torno de 45 mil. Já em 2007, disponibilizou 77.728 vagas nas 180 escolas estaduais de Fortaleza. Mas só fora preenchido

27.728 vagas, ficando 50 mil ociosas, segundo a própria SEDUC.

A estratégia do governo pró-imperialista estadual de Cid, com o apoio do PT e PCdoB, é reduzir os gastos com a educação pública, para garantir as metas estipuladas ao pagamento dos organismos internacionais (BID e BIRD). Com todo esse quadro de ataque à categoria o governo estadual tem apoio da direção pelega da Apeoc. Os governistas do sindicato Apeoc (Penha, PT, PCdoB, PCB) ficaram calados diante dessa ofensiva do governo do Estado, pois sequer convocaram uma assembléia da categoria para discutir e encaminhar um plano de luta para enfrentar este problema.

A Corrente Proletária na Educação/POR coloca que é preciso que os trabalhadores em educação rechacem essa situação educacional e a colaboração de classe das direções do sindicato. Somente com a ação direta (manifestação, greve etc) iremos barrar os ataques dos governos de plantão, e lutar para que a sala de aula não tenha mais de 25 alunos, e conquistar emprego para todos os professores.

Trechos do Boletim da Corrente Proletária na Educação de Londrina-PR Resgatar o DCE da política pró-governo e colocá-lo no caminho da luta

Para reorganizar o movimento estudantil da UEL, nossa primeira tarefa é varrer o PT e o PCdoB e sua política traiadora. Nas últimas duas gestões estes partidos travaram qualquer luta estudantil, basta lembrar os boicotes ao movimento pela redução da tarifa e pela moradia. As ações do DCE no período se resumiram em colocar a entidade a serviço da reitoria, da prefeitura, do governo de Requião e Lula. Além de todas as denúncias de uso do dinheiro do DCE para usos particulares.

Motivos para se organizar não faltam. É necessário dar respostas aos ataques à Universidade Pública: tanto às medidas privatizantes conduzidas internamente pela burocracia universitária, como ao projeto de reforma do governo federal. Diante da possibilidade de um novo aumento da tarifa do ônibus, é necessário reorganizar o Comitê pelo Passe Livre, redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo. É

preciso questionar o filtro do vestibular, defendendo o acesso irrestrito ao ensino superior público. Para articular a luta dos que estão dentro e fora da Universidade devemos levantar a bandeira de Escola e Emprego para todos. É preciso reivindicar vagas em todos os níveis para todos que queiram estudar e dividir as horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar. É fundamental questionar a estrutura de poder dentro da Universidade e as violações à autonomia realizadas com a cumplicidade da burocracia universitária. Assim, devemos reivindicar a participação dos três setores (estudantes, professores e funcionários) no governo da universidade, por meio da Assembléia Universitária. Só assim se poderá enfrentar as ingerências do Estado (seja na definição de currículos, contratação de professores, financiamento, etc.)

Uma luta nesse sentido deve ser levantada urgentemente, afinal a reitoria

tenta restringir ainda mais a participação dos estudantes e funcionários. Hoje há um projeto (inicialmente no CCS) em andamento para que nas eleições para reitor o voto dos docentes valha 70%, e o dos estudantes e funcionários apenas 15% cada um.

A Corrente Proletária na Educação defende que a nova diretoria do DCE tenha seu programa aprovado em plenárias amplamente convocadas, em que todas as correntes políticas presentes no movimento possam expor suas idéias e que se aprove uma frente capaz de dirigir a entidade. Convocamos o recém criado Coletivo Estudantes em Movimento (que congrega PSOL, PSTU e anarquistas) a encampar esta tarefa. Não formar uma chapa agora significa entregar mais uma vez o DCE para que este se volte contra uma política estudantil independente dos partidos burgueses e pró-burgueses.

Sobre a assistência estudantil

A degradação das condições de vida da classe média e aplicação da política de cotas introduziram nas universidades públicas o tema da "assistência estudantil". Trata-se dos serviços que algumas universidades prestam aos estudantes carentes como moradia estudantil e bolsas de trabalho e/ou estudo e também da alimentação subsidiada nos restaurantes universitários. Eventualmente, em alguns lugares se fornece alguma assistência médica/odontológica.

Em meio à burocratização generalizada das entidades representativas que as tornam meros instrumentos de disputas aparelhadas ou de integração ao Estado, o que se observa é o abandono das preocupações programáticas em torno às quais o movimento estudantil deve se estruturar. Propostas e princípios políticos são substituídos por questões imediatistas, conjunturais e agora, mais recentemente, pela "assistência estudantil". Esta última, com um forte apelo aos

estudantes carentes, carregada de intenções demagógicas.

A Corrente Proletária tem se colocado contrária a defender qualquer política de "assistência estudantil" por que considera um rebaixamento do programa do movimento estudantil tratar do atendimento aos direitos do estudante como ASSISTÊNCIA. É inevitável a conotação assistencialista da relação que se estabelece quando a universidade estrutura uma política (com critérios, normas, filtros, uma burocracia para filtrar, etc.) e passa a tratar o estudante como "usuário" dessa política particular. É inevitável a estigmatização desse estudante que passa assim a ser o objeto da "assistência". Sem falar na diferenciação que se consagra mediante essa "política" entre o estudante usuário da assistência e o estudante "normal".

Entendemos que o fornecimento de moradia estudantil, assistência médica/odontológica, passe-livre no sistema de transporte coletivo, refeições gratuitas

nos restaurantes universitários são DIREITOS dos estudantes que a universidade e o Estado devem garantir, não como direito particular (excepcional) do estudante carente, mas como direito de todo jovem à educação.

O caráter mesquinho com que esses serviços são fornecidos, a ponto de considerá-los "assistência", deve ajudar os estudantes a compreender a falência da escola burguesa, a falência do capitalismo e a necessidade da juventude se unir ao proletariado para enterrar a sociedade de classes. Não pode, em hipótese alguma, ser utilizada para criar a ilusão de que a escola, sob o capitalismo, pode resolver os problemas da juventude.

Por isso, a exigência desses direitos deve vir subordinada ao programa mais geral do movimento estudantil *por escola e trabalho para toda a juventude, pela estatização do sistema particular do ensino, pela destruição do capitalismo e pelo socialismo.*

Nesta edição:

- O FUTURO DO M.A.S.
- Difamar o POR boliviano é atacar a revolução boliviana (1ª parte)
- O oportunismo do Altamirismo não tem limites
- Professores anunciam greve geral na Argentina

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O FUTURO DO M.A.S.

Uma caricatura dos governos e partidos burgueses: é isso que é o Movimento ao Socialismo (M.A.S.). Carece de vontade, de capacidade, de força para se deslocar para a esquerda e soldar-se ao proletariado, para contribuir assim para a estruturação da sociedade comunista, que supõe a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela social. Devemos reiterar que a direção “masista” repete todos os dias a cantilena de que respeita irrestritamente os cimentos da sociedade burguesa, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção.

A discussão do Movimento ao Socialismo (estamos obrigados a acrescentar que isto é uma enganação) com as organizações e partidos burgueses do país se refere fundamentalmente a encontrar a melhor maneira de potenciar a propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo nos planos nacional e mundial, que supõe a acentuação da exploração e opressão do proletariado e das massas majoritárias, tanto no plano boliviano como no internacional. O M.A.S. é um lacai do imperialismo e da burguesia de todos os lugares.

Estamos obrigados a reiterar que os atos e os discursos do governo masista, que tanto empenho utilizou para se apresentar como um fenômeno inédito, como uma invenção surpreendente do gênio de Evo e que espanta a própria Pachamama (deusa ancestral inca ligada à terra N.T.), não passa de uma repetição mecânica do que fizeram ou deixaram de fazer todos os governos burgueses.

A cúpula masistas é formada por mafiosos. Quase todos eles serviram até o dia de ontem aos partidos políticos burgueses e aos que ostentavam o título de extremistas e até de terroristas. Está polemizando com seus congêneres das pequenas quadrilhas de lacaios do imperialismo e das sobras da burguesia boliviana, famosa por ser servil a Bush e companhia. As disputas giram sobre a melhor forma de servir às quadrilhas economicamente poderosas, que estão convictas de que continuam sendo os poderosos no território boliviano. Evo e sua corja continuam repetindo que ninguém mudará a propriedade privada enquanto for governo, que os investidores estrangeiros gozam de todas as garantias para que continuem a explorar, e para embolsarem no exterior seus fabulosos royalties.

O M.A.S. implora às multinacionais que se associem com ele para explorar os recursos naturais, ou seja para que a Bolívia continue sendo colônia do imperialismo.

O próprio governo convocou o imperialismo, as multinacionais, para que continuem como amos e aumentem suas inversões no país, para que se comportem como seus sócios e prestem ajuda mútua.

Patricio

Falemos com precisão: Evo está feliz porque a Bolívia continua sendo colônia do imperialismo e pede aos bolivianos para que não espantem os investidores.

Em síntese: as lutas entre o governo masista e os partidos burgueses não se dão para emancipar a Bolívia da opressão imperialista, mas para garantir sua continuidade. Tampouco é para libertar os bolivianos da opressão e exploração do capitalismo, mas para que este continue sossegado e continue indefinidamente explorando nossas riquezas.

Nossas observações se limitam a assinalar o que sucede todos os dias: o capitalismo investe, negocia os recursos naturais, explora e oprime os bolivianos, tudo isso também é do agrado dos grupos opositores burgueses.

Se isso acontece, por quê os grupos burgueses lutam abertamente com o governo pró-burguês? Porque, além das garantias e cumplicidade que outorgam os masistas aos opressores e exploradores, os opositores burgueses radicais querem também mamar os mesmos privilégios dos ocupantes do Palácio Quemado.

A partir de agora, o Movimento al Socialismo (MAS) vai tomando medidas com vistas a repetir sua vitória espetacular nas últimas eleições presidenciais. A resposta da oposição burguesa está configurada nas tentativas que realizam para desprestigiarem o oficialismo, partindo dos erros e tropeços frequentes que este vem cometendo.

Oficialismo e oposição, ambos de conteúdo burguês, não se cansam de ensaiar encontros, discussões, buscando concluir acordos, e planos de cooperação, até agora de brevíssima duração, mas que já deixam sinais no caminho, que podem culminar em uma cooperação dos hoje adversários.

A acentuação da luta entre o oficialismo e a oposição ao redor da propriedade privada dos meios de produção ou o desaparecimento dos choques, hoje frequentes, pode se traduzir em cooperação franca dos inimigos de hoje.

A segunda variante teria uma brevíssima duração, isto porque o problema central desta época de descomunal crise do capitalismo está no fato de que a burguesia foi empurrada à beira do precipício da barbárie, catástrofe essa que se efetivará no caso das massas oprimidas e exploradas, dirigidas politicamente pelo proletariado, fracassem em sua revolução social, na ditadura do proletariado, que se dirigirá ao comunismo ou propriedade social dos meios de produção.

(Extraído do Jornal Masas Boliviano nº 2030 de 30/03/2007)

Bolívia

Difamar o POR boliviano é atacar a revolução boliviana (Iª parte)

No semanário de 25 de janeiro do PTS, se faz uma análise sobre a realidade boliviana sem esquecer de difamar o POR.

Diz assim:

“... Por outro lado, toda a experiência histórica internacional, latino-americana e boliviana mostra que os protestos populistas e reformistas levam sempre ao desastre ou a uma frustração dos processos revolucionários. A estratégia de “pressionar” estes governos ou a suas “alas esquerdas” sempre impediu que se levantasse uma alternativa revolucionária nos momentos cruciais. Esta é a tragédia da revolução boliviana em 1952 (quando o POR e outros capitularam diante de Lechin e da esquerda do MNR), no “triênio revolucionário” de 1969/71 (quando muitos se colocavam por “pressionar” o General Torres), no grande ascenso das massas que culminaram com as jornadas de março de 1985, sob o governo popular da UDP (frente ao qual diversos setores da esquerda não quiseram impulsionar uma alternativa de classe).

Por tudo isso é urgente levantar uma política operária independente frente ao governo do MAS...”

Em primeiro lugar, quando se analisa a maturidade e influência de um partido revolucionário, não se pode analisar à margem do grau de consciência das massas e do proletariado. Por isso quando falamos de 1952, devemos ter em conta não só o grau de influência do estalinismo, mas também do próprio MNR. Não se pode culpar o POR de não dirigir o movimento. Não se pode culpar o POR pelo fato de que para os trabalhadores o MNR era o partido da revolução, nem tampouco pelas traições de Lechin. Basta buscar os documentos e declarações que delimitavam a política porista, onde se denunciava o caráter do

governo do MNR, mas o PTS prefere se apoiar nos preconceitos e difamações que Moreno usava para ocultar a política trotskista, principista do POR boliviano.

Da forma como o PTS faz, parece que o POR não tentou mostrar o papel do MAS. Evidentemente, trata-se de uma manobra desonesta. A política, as caracterizações, as consignas são impecáveis, por isso, com orgulho reproduzimos sistematicamente materiais públicos de nossos irmãos bolivianos, que o PTS conhece e oculta.

O ataque do PTS não é nada novo, simplesmente é uma reprodução mecânica das posições de Nahuel Moreno.

Em segundo lugar, os ataques ao POR boliviano descontextualizados e difamadores têm um claro objetivo, impedir que a vanguarda se nutra da rica experiência do Partido trotskista mais importante da atualidade; e que dessa forma não possa construir seções no resto dos países em torno do programa do POR. Programa que está muito além das colocações morenistas do PTS e de tantos outros. Convidamos a todos companheiros a ler um folheto de Guillermo Lora: *“Por que a Classe Operária Não Tomou o Poder em 1952?”*.

Mas a gravidade do ataque se aprofunda não pelo fato de se o grupo LOR-CI tem ou não influência na luta de classes na Bolívia, as críticas políticas podem ser feitas inclusive por militantes isolados, mas porque esses militantes deveriam sustentar essas posições frente aos protagonistas da situação política.

A LOR-CI não é capaz de levantar semelhantes acusações frente às massas bolivianas, simplesmente porque seria amplamente rechaçada pela van-

guarda que conhece as posições atuais e históricas do POR boliviano. E de seus militantes. De modo que o extenso informe que Eduardo Molina só serve para difamar o POR no resto do mundo, contribuindo à política de isolar o movimento dos revolucionários.

Em terceiro lugar, a LOR-CI deveria se autocriticar por haver levantado, até há muito pouco tempo, em meio de uma situação revolucionária, a consigna de assembléia constituinte. Consigna que se viram obrigados a modificá-la e que rapidamente esconderam-na. Não falam sobre o fracasso da constituinte de Evo e como a questão da tomada do poder continua sendo o principal problema na Bolívia, inclusive levantando a bandeira de “governo operário e popular”!!!!

O que deve ser dito é de como com a burguesia no poder a constituinte é uma distração para as massas bolivianas, que só serviu para gerar ilusões nas instituições da burguesia.

Apesar de pouco depois modificarem sua posição e levantarem a consigna de Assembléia Popular, ficaram constantemente indecisos sobre se era necessário ou não intervir nessa constituinte.

Também deveriam se autocriticar porque, antes das eleições que venceu Evo Morales, levantaram a consigna de governo da COB. Essa consigna morenista é vergonhosa, por um lado, devido ao grau de burocratização dos dirigentes da COB (muito conhecidos); de outro lado, e que não tenha sido por essa razão, a intenção de voto de Jaime Solares (secretário-geral da COB) era baixíssima. Nos próximos números falaremos sobre 1969, 1985.

(Extraído do Jornal “Massas” Argentino nº. 202 de Março de 2007)

Argentina

O oportunismo do Altamirismo não tem limites

“Uma política socialista para as eleições” escrito por Jorge Altamira volta a colocar o PO na corrida eleitoreira das eleições de 2007.

A sorte dessa política será discutida no próximo congresso onde os delegados e militantes devem definir a tática do Partido nas próximas eleições.

Duas caracterizações estabelecem o resumo do documento para as eleições gerais. Uma delas se baseia na análise de uma pretensa disputa de grupos sociais antagônicos que seria expressa, de um lado, pela burguesia (com suas expressões e alianças políticas) e, de outro, por um agrupamento heterogêneo de partidos, agrupações, etc. No campo dos partidos da burguesia se definem dois blocos: o kirchnerismo e a centro-esquerda (Macri, L. Murphy, Carrio etc.). Entre eles, “oscilariam” personagens como Binneer etc. No campo opositor, “a luta social desenvolve um agrupamentos de forças diferentes”.

Para Altamira a contradição entre “movimentos sociais de um lado e o alinhamento político da burguesia de outro deve determinar a política da esquerda socialista revolucionária para as eleições”.

Para refletir esta contradição em “uma plataforma de reivindicações que defina a agenda popular” e “convocando todos os lutadores e suas organizações a partir dessa plataforma a apresentar as candidaturas operárias, camponesas, ambientalistas, estudantis...”. Chamando dessa forma para a formação de um “agrupamento das forças sociais existentes e das que emergem como consequência de desenvolvimento da crise social”.

A segunda caracterização nos explica que essa contradição tem uma “expressão desigual e fragmentária. E por isso deve ser abordada de acordo com suas características locais e inclusive à luz de suas contradições internas”. Para logo

expressar que “devido a essa desigualdade e a fragmentação deve-se prestar uma atenção especial na formação das candidaturas dos municípios. Isto significa atender às particularidades na hora do programa e da forma de organização. O mesmo vale para as Províncias”.

Baseados em análises sociológicas não marxistas, essas definições predispoem a militância altamiristas a uma nova desorientação. Escondem a oscilação até uma posição oportunista, para se chegar à criação de alianças eleitorais com partidos, agrupações, movimentos, os quais não deverão ser assustados pelo programa, nem pela revolução, muito menos pela ditadura do proletariado. Trata-se de ganhar cargos parlamentares, sem precisar se preocupar com definição de classes para as alianças, nem programa único.

O documento altamirista é um reflexo da história que marcou a trajetória das intervenções eleitorais da esquerda democratizante e eleitoralista. Por um lado, essa intervenção não se coloca contra a ordem burguesa, não desenvolve nenhuma propaganda revolucionária.

Para os revolucionários, a participação nas eleições só tem significação se for utilizada para a conquista da maioria da classe operária, utilizando a campanha eleitoral como tribuna revolucionária para a propagandização do programa pela revolução e pela agitação política das massas.

Por outro lado, Altamira propõe veladamente a construção de uma frente eleitoreira, nascida do ajuntamento de organizações e partidos sem unidade programática.

Se a hegemonia de uma “aliança socialista e classista” for a hegemonia política do proletariado, este deve impor seu próprio programa como o único capaz de dar respostas não só a seus

próprios interesses como classe, como também propor a resolução dos interesses da maioria nacional oprimida pelo imperialismo. Não se pode mudar o programa da revolução por uma junção de consignas locais.

Rechaçamos as frentes de esquerda que só se animam em levantar um programa mínimo ou algumas consignas de transição sem nenhuma relação com a perspectiva estratégica.

Somente com base num programa classista, revolucionário, podemos unificar a esquerda em uma nova conjuntura eleitoral, isso se quisermos ganhar a classe operária para a revolução.

A definição do programa é um passo prévio para as alianças eleitorais. A unidade deve ser gestada ao redor de um programa de princípios, revolucionário. A unidade programática para enfrentar a burguesia e seu governo se impõe como condição prévia à discussão das candidaturas. Existindo ou não a possibilidade de obter uma bancada ou uma candidatura, o ponto central nessas eleições é confrontar o programa operário com os dos partidos da burguesia e não a de ganhar candidaturas como um fim em si mesmo.

A tática eleitoral foi convertida em sua estratégia. Entendemos essa política como a política da direção do P.O. Chamamos seus militantes a derrotar essa política, devemos canalizar nossas energias para lutar contra as ilusões democráticas das massas e não para gerar novas ilusões. As alianças e frentes políticas, se não forem expressamente dirigidas pelo programa da classe operária, são instrumentos de outras classes.

(Extraído do Jornal “Masas” Argentino n.º. 202 de março de 2007)

Argentina

Professores anunciam greve geral na Argentina

Os trabalhadores da educação da província de Neuquén estão em greve exigindo reajuste salarial. A radicalização do movimento mostra a disposição de luta e a importância da unidade grevista. O governo reprimiu violentamente, assassinando um professor. A resposta foi a de greve nacional do magistério.

Os professores argentinos das escolas públicas declaram que a partir de segunda-feira, dia 9, se somarão aos lutadores de Neuquén.

Governos temem as ações dos grevistas

A greve de Neuquén ganhou projeção nacional. O governo mantém à míngua os professores e estes não têm outra forma senão paralisar as escolas e ganhar as ruas. No dia 5 de abril, os grevistas cercaram o palácio do governo de

Neuquén. O governador Jorge Sobisch, candidato presidencial, ficou encurrado. Ao mesmo tempo, cresceram os bloqueios e as manifestações nas províncias de Santa Cruz, La Rioja e Salta.

O conflito atingiu o presidente Néstor Kirchner. No dia 2, Kirchner ausentou-se das cerimônias de comemoração dos 25 anos da invasão às ilhas Malvinas, que estava sendo realizada na cidade de Ushuaia, no sul do país. Kirchner temeu a manifestação de professores, que planejava enfrentar o governo.

Brutal repressão

No dia 5 de abril, a polícia reprimiu violentamente centenas de professores da província de Neuquén que realizavam um piquete em um dos acessos da capital da província, também chamada Neuquén. Os policiais começaram a disparar balas e bombas, que matou o pro-

fessor Carlos Fuentalba. A granada que assassinou Fuentalba foi disparada a um metro e meio de distância.

O governador de Neuquén quis mostrar que a morte do professor foi um "erro" do policial. Mas não teve eco. Os professores radicalizados cercaram o palácio do governo de Neuquén aos gritos de "assassinos!" e "nosso colega foi fuzilado!"

Cresce a crise

Os professores exigem a renúncia do governador. Os acontecimentos da próxima semana e a greve nacional dos trabalhadores da educação são decisivos na crise que se abriu. O Partido Operário Revolucionário da Argentina atua diretamente no conflito.

Publicamos abaixo o Manifesto do POR no dia da repressão. Quando foi escrito, o professor agonizava.

Há que arrancar todos a pontapés

No dia 4 de abril, pela manhã, o governo neuquino reprimiu com furor, brutalidade e a mão da loucura de Sobisch, aos Trabalhadores da Educação de Neuquén. A polícia local, por ordem política do Juiz Labate, recebeu carta branca do governo para acabar com o bloqueio organizado pelos docentes na zona de Arroyito a 50 km de Neuquén.

Durante a repressão, a polícia crivou a queima roupa o companheiro Fuentalba, com um disparo a partir do interior do carro em que se movimentava.

Isto foi um assassinato

O companheiro se encontra em coma 4, com morte cerebral e lesões irreversíveis e sua vida depende do respirador artificial.

Se o companheiro conseguir sobreviver, nunca voltará à vida de luta, que levou durante sua existência.

Os responsáveis são o imperialismo, o governo burguês e todas as instituições do regime

A luta docente expôs a situação de miséria em que vive a grande maioria dos trabalhadores dos setores estatais, que estão sendo desmantelados e privatizados: saúde, educação.

Não há maneira de solucionar os problemas com estes governos (este e os que virão), já que estão dispostos a aplicar os planos imperialistas a sangue e fogo.

ESTES ASSASSINOS SOZINHOS NÃO SE VÃO! HÁ QUE ARRANCÁ-LOS TODOS!

Não podemos organizar nossa luta de maneira isolada: é

necessário que nos organizemos a partir das bases para superar o bloqueio à unidade, imposto pelas atuais direções burocráticas. Para isto, devemos unificar nossas reivindicações e nosso Plano de Luta com todos os setores que também estão brutalmente golpeados e dispostos a lutar.

Não podemos ter ilusões que nas próximas eleições castigaremos com o voto o MPN. Isto só nos levará a uma nova decepção, porque simplesmente confiaremos em algumas outras variantes que a burguesia nos oferece para dar continuidade às nossas miséria e superexploração.

Devemos organizar desde as bases uma greve geral contra o governo assassino e esfomeador!

- PARA DESMANTELAR O APARATO REPRESSIVO!
- PARA EXPROPRIAR DEFINITIVAMENTE O IMPERIALISMO E A BURGUESIA!
- PARA CONSEGUIR O SALÁRIO IGUAL A CESTA FAMILIAR PARA TODOS OS TRABALHADORES!
- ORGANIZAR A AUTO DEFESA NA LUTA COM TODOS OS MÉTODOS NECESSÁRIOS!
- NENHUMA CONFIANÇA EM NENHUMA INSTITUIÇÃO DO REGIME NEM NAS FUTURAS ELEIÇÕES!
- UNIFICAR E APROFUNDAR A LUTA ATÉ FAZER ENTRAR EM CRISE O GOVERNO E O REGIME!

Neuquén, 05 de abril de 2007